

REAGE RIO!

50 PROPOSTAS PARA O RIO: O QUE AVANÇOU?

O GLOBO analisa as principais medidas sugeridas nas duas primeiras edições do movimento 'Reage, Rio!' e apresenta ideias do debate sobre cidades inteligentes

CLAUDIA SILVA JACOBS
granderio@oglobo.com.br

A terceira edição do movimento "Reage, Rio!", realizada na quarta-feira passada, por uma iniciativa do GLOBO e do jornal Extra, discutiu os desafios para se desenvolver uma cidade inteligente. Há um consenso de que somente tecnologia não é suficiente: a participação do cidadão é fundamental para melhorar a vida nos centros urbanos. Do debate, surgiram propostas que são apresentadas aqui. E elas se somam às sugestões dadas nas duas edições anteriores, em 2017, quando saúde, segurança pública, educação

e economia criativa, entre outros temas, estiveram em pauta.

Sociedade civil e poder público participaram ativamente das três edições do projeto, nas quais foram debatidas alternativas e experiências bem-sucedidas, que podem servir de base para iniciativas futuras. Das duas primeiras edições, O GLOBO selecionou 50 propostas e acompanhou os resultados obtidos até agora para cada uma delas. As propostas continuarão sendo monitoradas.

Segurança, destaque nos debates das edições do ano passado, ainda está cercada de indefinições, mas com boas perspectivas. O governo federal acaba de criar o Sistema Único de Segu-

rança Pública, que promete integrar as forças de segurança, compartilhar dados, qualificar profissionais e melhorar o controle das fronteiras.

Mas a violência ainda coloca em risco o desenvolvimento dos alunos de boa parte da rede básica de ensino, que precisam lidar com dificuldades e interrupções nas aulas. Apesar das tiruladades, crianças e jovens encontraram na informática e no mundo dos games uma chance de mudar de vida, participando de cursos nas Naves do Conhecimento, enquanto a Zona Portuária, com avanços e recuos, tem potencial para se transformar em um polo de tecnologia. Participaram da terceira edição Fábio Duarte,

consultor do Banco Mundial e cientista do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT); José Armênio, presidente da SP Urbanismo; o arquiteto e urbanista Washington Fajardo, ex-presidente do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade; Marina Grossi, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDES); Mauro Fukuda, diretor de Estratégia, Tecnologia e Arquitetura da Rede Oi; Sérgio Magalhães, presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil; Fábio Primentel, presidente do Iplan-Rio; Miguel Lago, cofundador do Meu Rio; e Flávia Consoni, coordenadora do Laboratório de Estudos do Veículo Leve da Unicamp. •

SEGURANÇA

1 Criação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp)

O SUS da Segurança, como está sendo chamado o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), foi sancionado pelo presidente Michel Temer no último dia 12 e entrará em vigor em 12 de julho. Ficará sob o comando do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, e será integrado pelas polícias Federal, Rodoviária Federal, Civis e Militares, corpos de bombeiros militares, agentes penitenciários, guardas municipais e demais integrantes de órgãos estratégicos e operacionais da área de segurança. O sistema receberá, inicialmente, R\$ 800 milhões, provenientes da renda das loterias, ainda durante 2018. Estão previstas outras fontes de financiamento, mas ainda há muitas dúvidas em torno do tema. Teme-se, por exemplo, que o governo corte incentivos nas áreas de cultura e esportes, que usam o fundo proveniente das loterias.

2 Novo pacto federativo para o combate ao crime, mais espaço a municípios e reequipamento da PM

O Congresso está impedido de votar as 536 propostas de emenda à Constituição (PECs), entre elas a da Segurança, até o fim da intervenção federal no Estado do Rio, programada para acabar no dia 1º de janeiro de 2019.

3 Integração também operacional, com mais tecnologia, iniciando pela fronteira

O plano sancionado pela Presidência da República prevê intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos, além de aprimoramento das condições de trabalho das forças de segurança, que devem compartilhar dados e expertise. O controle das fronteiras está entre os principais pontos do Plano de Segurança.

4 Inteligência para o tráfico de drogas. Otimizar recursos; ter prioridades e plano de ação

O SUS da Segurança prevê que o Ministério Extraordinário da Segurança Pública fixe, anualmente, metas de excelência para cada setor, visando à prevenção e à repressão ao tráfico, e utilize indicadores públicos que demonstrem de forma objetiva os resultados pretendidos.

5 Modernizar política criminal e penitenciária e melhorar as prisões

O processo de mudanças no sistema penitenciário e a modernização da polícia estão incluídos nas metas do SUS da Segurança. O governo anunciou uma linha de crédito para os estados investirem na melhoria das unidades prisionais.

6 Mais cooperação entre países contra tráfico de drogas e de pessoas, contrabando, comércio ilegal de armas e terrorismo

O Ministério das Relações Exteriores fez esta semana reuniões com adidos brasileiros na América do Sul sobre segurança nas fronteiras. O objetivo é diagnosticar a situação nos países fronteiriços e buscar integração e cooperação para o maior controle das fronteiras e o combate à criminalidade. Ainda não há medidas concretas.

7 Investimento em ressocialização

O novo plano vai definir como será dividido o orçamento destinado pelo governo federal à área de segurança.

8 Garantia na Constituição para investir em segurança

No momento, não há mudanças na Constituição.

9 Direitos e deveres dos agentes

A segurança pública continua sendo uma atribuição de estados e municípios. No entanto, com a criação do sistema único, o governo federal definirá as diretrizes, que serão compartilhadas em todo o país. Para participar do plano, estados e municípios terão que cumprir metas, além de investir na melhor formação dos profissionais, diminuir as taxas de homicídios e outros índices de criminalidade.

10 Novos métodos de trabalho, em especial abordagem da polícia nas comunidades

Não há avanço concreto. Os órgãos de segurança, trabalhando em conjunto, poderão traçar ações de prevenção, operação, investigação e inteligência. Para garantir a qualificação dos profissionais envolvidos no Plano de Segurança, haverá abertura de vagas em cursos de especialização, aperfeiçoamento e estudos estratégicos, de acordo com as propostas apresentadas no Plano de Segurança.

11 Orçamento fiscalizado

Com a criação do fundo, o Ministério Extraordinário da Segurança Pública ficará responsável por gerir os recursos e destiná-los aos estados. O estado que não atuar de forma integrada não receberá apoio financeiro. Além disso, será formado um Conselho Gestor do Fundo, que acompanhará toda a gestão dos recursos.

12 Menos mortes

O Plano de Segurança vai estabelecer diretrizes e metas para a atuação das forças de segurança, visando a diminuir confrontos e mortes durante as ações policiais.

13 Jovens longe do crime

No ano passado, o governo federal disponibilizou R\$ 157 milhões, divididos entre alguns ministérios, para contemplar ações sociais, em parceria com o estado e os municípios do Rio. Os projetos tiveram início em dezembro, e vão desde acolhimento de usuários de drogas à inclusão por meio do esporte.

TRANSPORTE

14 Melhorar o sistema de sinalização da cidade

A Companhia de Engenharia de Tráfego do município, a CET-Rio, informou que existe uma ação de prioridade do BRT — sistema que estende ou antecipa o tempo de verde nos sinais para os ônibus, a fim de reduzir o tempo de viagem, beneficiando milhares de pessoas.

15 Otimizar a rede de transporte, pois existem linhas de ônibus sobrepostas com BRT, trem e metrô

O Plano Diretor de Transportes Urbanos Metropolitanos (PDTU) prevê a reestruturação das linhas rodoviárias intermunicipais durante a futura licitação dos serviços, ainda sem data definida. Um dos pontos considerados essenciais para a integração da rede de transportes é a implementação de um sistema eletrônico de cobrança comum entre os diferentes modais.

16 Criar autoridade metropolitana para supervisionar e planejar o sistema de transportes

O projeto de lei complementar que cria um sistema de gestão

integrada da Região Metropolitana fluminense deve ser votado pela Assembleia Legislativa até dezembro, de acordo com o presidente da Casa, deputado André Cecciliano (PT).

17 Ampliar horário do metrô para que funcione 24 horas, principalmente nas noites de sexta e sábado

Essa medida, no momento, é descartada pela concessionária Metrô Rio. Segundo a empresa, o programa de manutenção diária é feito prioritariamente durante a madrugada, quando a operação é interrompida, salvo em ocasiões especiais, como carnaval e réveillon.

TURISMO

18 Destacar R\$ 200 milhões do R\$ 1,3 bi do investimento do governo federal em eventos para o calendário de eventos "Rio de Janeiro a Janeiro"

A iniciativa do governo federal não vem surtindo o efeito esperado. A ideia era otimizar o calendário do estado durante todo o ano, garantindo um fluxo maior de turistas, principalmente na baixa temporada. Até este mês, foram realizados 33 eventos em 2018, de acordo com o Ministério da Cultura. Outros três foram cancelados. No site do projeto, no entanto, estavam programados 66 eventos até o fim de junho.

19 Garantir segurança ostensiva nas áreas de interesse turístico

A cidade tem reforço na segurança em algumas áreas. O programa Rio + Seguro, que abrange Copacabana e Leme desde o fim do ano passado, é considerado um sucesso pela Secretaria Municipal de Ordem Pública. Por isso, chegou-se a cogitar a troca do projeto Centro Presente, financiado por Prefeitura do Rio e Sesc, por uma unidade do Rio + Seguro, que custa R\$ 850 mil mensais, contra R\$ 4 milhões da parceria público-privada. Na semana passada, o governador Luiz Fernando Pezão afirmou que o estado vai entrar na parceria, garantindo a manutenção do sistema. Já o Segurança Presente, financiado também pelo Sesc, atende a Lagoa, Atterro do Flamengo e Méier. No caso da Lagoa, o projeto é integralmente bancado pelo estado.

20 Reforma do zoo

No último dia 5, teve início o processo de reforma do Zoológico do Rio, que será transformado em um bioparque, em que saem as grades e entram recintos abertos, com integração de espécies e uso de barreiras naturais. No novo Rio Zoo, os visitantes circularão por túneis, corredores e passarelas, e os animais ganham espaços mais abertos e melhor qualidade de vida. As reformas vão durar dois anos, ao custo de R\$ 65 milhões — financiamento totalmente privado.

21 Desburocratizar a concessão de licenças para atrair novos eventos

A Coordenadoria de Eventos e de Licenciamento e Fiscalização criou um sistema eletrônico para a concessão de licenças. Em 2017, foram concedidos mais de 2.300 alvarás. Mesmo com o sistema considerado mais ágil, ainda são registrados problemas, como o cancelamento do show de Elza Soares, durante a Virada Sustentável, no início do mês. A PM impediu o espetáculo horas antes de sua realização, argumentando que não havia tempo hábil para mobilizar a segurança. A corporação atribuiu o problema à demora da prefeitura para conceder o alvará. O município rebateu a informação, alegando que a liberação ocorreu dentro da normalidade.

22 Flexibilizar a liberação de vistos para turistas. Fortalecer a publicidade no exterior

O número de solicitações de vistos para o Brasil por turistas de Austrália, Canadá, Estados Unidos e Japão aumentou 49% em abril de 2018, em relação ao mesmo período do ano passado, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores, graças ao sistema eletrônico de obtenção de vistos.

Em relação à publicidade, a cidade anda carente. A Riotur informou apenas que "já existe um calendário estruturado para retomada da divulgação do Rio, nacional e internacionalmente".

SAÚDE

23 Investimento na atenção básica

Segundo a Secretaria estadual de Saúde, a proposta do então secretário Luiz Antônio de Souza Teixeira de contratar mais 2 mil profissionais de saúde, por meio do Programa Mais Médicos, para atuar na atenção básica nos municípios, continua

entre as prioridades, mas não há orçamento disponível.

24 Respeitar o gasto mínimo na Saúde

A Constituição prevê que 12% do orçamento dos estados sejam utilizados na área da saúde. A Secretaria estadual de Saúde garantiu que foram aplicados 12,27% na pasta em 2017. O promotor público Daniel Lima Ribeiro informou, no entanto, que o estado continua sem aplicar o mínimo legal exigido. O TCE concordou com o MP-RJ e considerou que o estado aplicou menos do que os 12% em 2017.

No caso dos municípios, a obrigação é investir 15% do orçamento em saúde. A prefeitura do Rio, de acordo com a Secretaria municipal de Saúde, em 2017 aplicou 25,71% de sua receita de impostos líquida e transferências constitucionais legais em saúde, média dos últimos anos.

25 Transparência nas despesas

O estado ainda não aceitou assinar o Termo de Ajuste e Conduta proposto pelo Ministério Público, apesar do compromisso assumido publicamente pelo então secretário de Saúde no "Reage, Rio!", em dezembro.

26 Garantir oferta de remédios essenciais

A Secretaria municipal de Saúde informou que tem uma lista de 175 itens da Atenção Primária, entre medicamentos e insumos, disponíveis nas unidades básicas de saúde (clínicas da família e centros municipais de saúde), e que não há problemas na distribuição.

ECONOMIA

27 Fazer a reforma previdenciária

A votação da PEC da Previdência está suspensa até o fim da intervenção no Rio.

28 Ampliar receita. Discutir Lei Kandir (que isenta exportações) e ICMS no destino

A comissão mista do Senado aprovou, por unanimidade, a proposta que determina o repasse anual de R\$ 39 bilhões para estados e municípios exportadores de produtos primários e semi-industrializados, como forma de repor as perdas com a isenção de ICMS. A proposta apresentada pelo governo oferece um décimo desse valor e foi recusada pelos parlamentares. Agora, o projeto está nas mãos do presidente Michel Temer.



Segurança nas ruas. O programa Rio + Seguro, da Prefeitura do Rio, foi implantado em Copacabana e no Leme



NELSON PEREZ



DIVULGAÇÃO

Investimento em educação. Alunos aprendem a desenvolver games na Nave do Conhecimento

Novo projeto. RioZoo, que vai virar bioparque, terá recintos abertos para os animais

POLÍTICAS PÚBLICAS

29 Sanear e despoluir a Baía de Guanabara

De acordo com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, o Sistema de Esgotamento Sanitário de Alcântara, no município de São Gonçalo, encontra-se com as obras paralisadas, tal como a Estação de Tratamento de Alcântara. Já a obra do Coletor-Tronco Cidade Nova, que servirá para captar esgoto de seis bairros (Centro, Catumbi, Rio Comprido, Estácio, Santa Teresa e Cidade Nova), está em andamento, com pouco mais de 58% da estrutura concluída.

30 Integrar capital e interior e fazer da cidade do Rio um hub de economia regional

O projeto de lei, que aguarda a assinatura do prefeito Marcelo Crivella, prevê também mecanismos para ampliar a captação de receitas para investimentos em inovação.

31 Investir em economia moderna, pós-petróleo, de baixo carbono, e nas vocações do Rio

O governo do estado resolveu unir duas iniciativas já em funcionamento para otimizar o desenvolvimento de pequenas empresas do setor criativo e de tecnologia. A ideia é que a Startup Rio e o Rio Criativo ocupem o mesmo espaço, facilitando a criação de parcerias e o intercâmbio de ideias. O processo está em fase de conclusão.

32 Criar plano de recuperação fiscal do estado

Embora o estado ainda enfrente grave crise financeira, o governo garantiu que, das 20 medidas de caráter contínuo, dentro do plano de recuperação, 12 já foram implementadas, como a revisão dos incentivos fiscais e a alteração das alíquotas de ICMS. Outras medidas, como a auditoria administrativa e a reestruturação administrativa, estão em andamento.

33 Estabelecer políticas de oportunidades de emprego distribuídas por região

A medida depende de uma descentralização das atividades econômicas, ainda direcionadas para a região central da cidade. Na quinta-feira, o estado apresentou o Plano Estratégico da

Região Metropolitana, que propõe um conjunto de 131 ações para o desenvolvimento da região, para os próximos 25 anos, nas áreas de mobilidade, saneamento básico, economia, habitação, conservação do patrimônio cultural e do meio ambiente e reconfiguração espacial das oportunidades de emprego.

EDUCAÇÃO

34 Implantar processo combinado de avaliações qualitativas e quantitativas na rede municipal de educação

A Secretaria municipal de Educação não quis falar sobre o assunto.

35 Eliminar o analfabetismo funcional da rede municipal com time de professores alfabetizadores

A Secretaria municipal de Educação não quis falar sobre o assunto.

36 Desenvolver alternativas para que os alunos não deixem de estudar quando a violência fecha escolas

Os problemas com segurança na rede pública continuam em evidência. Somente na região do Complexo da Maré, os alunos da rede municipal ficaram 38 dias sem aulas em 2017. Pela quarta vez este ano, o problema se repetiu na quinta-feira, um dia após a morte do estudante Marcos Vinícius da Silva, de 14 anos, baleado a caminho da escola. A Secretaria municipal de Educação também não quis comentar o assunto.

37 Criar estratégias para cumprir a Declaração de Incheon, que prevê educação inclusiva, equitativa e de qualidade

A Secretaria municipal de Educação não quis falar sobre o assunto, mas a violência, entre outros problemas, vem afastando os alunos das salas de aula. A situação em alguns pontos do Complexo da Maré reflete essa triste realidade. Em 2016 a taxa de abandono no Ciep Samora Machel, segundo reportagem do GLOBO, foi de 19,5%, muito acima da média da cidade, de 2,1%. De acordo com levantamento feito pelo aplicativo Fogo Cruzado, quase a metade das escolas e creches públicas do Rio teve tiroteios ou disparos

de armas no entorno de suas instalações entre fevereiro de 2017 e 2018.

38 Modernizar a educação, por meio de um sistema mais flexível e conectado com as novas tecnologias

A Secretaria municipal de Educação não comentou. Ações de outros órgãos da Prefeitura, como a Secretaria de Inovação, estão incentivando crianças e jovens a participar de cursos e ações que visam à propagação de novas tecnologias, como cursos de games, de robótica, de introdução a design, oferecidos nas Naves do Conhecimento.

ÉTICA

39 Ter cláusula de 'compliance' nos contratos entre empresas e poder público

A Lei 7.753 estabelece a exigência do Programa de Integridade às empresas que firmarem contratos com o setor público do estado, em negócios a partir de R\$ 1,5 milhão.

40 Reforma política que dê maior espaço às mulheres

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou que pelo menos 30% do Fundo Especial de Financiamento de Campanha devem ser gastos em candidaturas de mulheres. O fundo é composto por recursos públicos da ordem de R\$ 1,7 bilhão. Também ficou decidido que 30% do horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão será destinado a candidaturas femininas.

41 Estimular o voto consciente

O TSE e os TREs estão utilizando as redes sociais nas campanhas de conscientização dos jovens e alertando os eleitores sobre os perigos da disseminação das fake news. O TSE também vem trabalhando na mídia tradicional em campanhas de incentivos ao voto, principalmente entre os eleitores jovens.

42 Pressionar as autoridades por uma reforma política efetiva, que reduza os privilégios e as contradições do atual sistema político brasileiro

Não há reforma política em andamento. As campanhas que estão sendo realizadas pelo TSE e os tribunais regionais estão buscando chamar atenção da sociedade civil para também acom-

panhar o dia a dia dos políticos, as prestações de contas e os direitos e deveres de cada setor público.

43 Estimular a criação de ferramentas digitais para aproximar a sociedade civil do poder público

Ferramentas digitais estão sendo desenvolvidas para ajudar a interação entre o poder público e a população. Na capital, o Centro de Operações Rio vem utilizando as redes e aplicativos para alertar os moradores sobre mudanças no tempo e problemas no trânsito. Há também o aplicativo de transporte TaxiRio. O Instituto de Planejamento do município (Iplan) informou que outros serviços estão em fase de desenvolvimento.

ECONOMIA CRIATIVA

44 Criar políticas de incentivo à indústria de games no Rio, uma das que mais geram tecnologias e crescem no mundo

A prefeitura criou novos cursos de especialização de mão de obra para a indústria de games. A ideia é atrair jovens e crianças para o tema, fazendo com que conheçam e experimentem as diferentes etapas da produção dos jogos.

45 Fazer a transição para atividades mais sustentáveis e inovadoras

O secretário municipal de Inovação do Rio, Leonardo Soares, espera que a Lei do Porto 21, a ser assinada pelo prefeito do Rio, Marcelo Crivella, possa influenciar positivamente no desenvolvimento de novos ramos da economia, como o surgimento de um grande centro tecnológico na Zona Portuária.

46 Investir em segmentos que possam gerar mais valor aos produtos, como design e tecnologia. Estimular startups e o uso de novas tecnologias como impressão 3D, robótica e inteligência artificial

O projeto da Lei de Inovação, ou Lei do Porto 21, destaca atividades com direito à alíquota reduzida, dos serviços de ciência, tecnologia, pesquisa, inovação e economia criativa, como games, realidade virtual, audiovisual, música, cinema e aplicativos.

47 Integrar universidades, empresas, governos, investidores e sociedade em um ecossistema criativo e inovador

Ainda faltam iniciativas que estimulem a integração entre os diferentes polos da economia criativa. É necessário o envolvimento do setor público de forma efetiva, buscando a parceria dos outros setores da sociedade.

CULTURA

48 Antecipar sessões de peças de teatro, geralmente às 21h, para atrair público

Com o cenário de violência, essa alteração já vem sendo discutida entre as produções de espetáculos e gestores dos espaços culturais da rede estadual. Na Casa de Cultura Laura Alvim, em Ipanema, o horário foi antecipado, em geral, para 19h e 20h, dependendo dos dias da semana. No Teatro João Caetano, no Centro, o horário sugerido aos produtores é de 19h30.

49 Usar efetivo da Guarda Municipal nas proximidades dos espaços culturais

A Secretaria de Ordem Pública informou que já vem fazendo reforço no policiamento, com 263 guardas municipais atuando, exclusivamente, nos equipamentos culturais da prefeitura. No caso dos equipamentos estaduais, cada unidade faz um pedido à PM para reforço na segurança, de acordo com a programação.

50 Reduzir alíquota de ICMS na conta de luz de pequenos e médios palcos de música

Com o estado enfrentando uma grave crise financeira, a proposta de redução de impostos para incentivar a cultura foi deixada de lado. Léo Feijó, secretário estadual de Cultura, disse que a pasta está trabalhando numa plataforma chamada Música.RJ, em que os proprietários de casas de espetáculos recebem orientações sobre gestão.

NOVAS IDEIAS DO REAGE, RIO!

INFRAESTRUTURA

"Cidade inteligente é a cidade com infraestrutura. Investimento em infraestrutura é a inteligência da cidade", disse José Armênio, presidente da SP Urbanismo.

EMPREGOS

Criar oportunidades de empregos nas diferentes regiões da cidade, evitando grandes deslocamentos entre casa e trabalho. Para o arquiteto Sérgio Magalhães, distribuir vagas de trabalho é mais inteligente e mais lucrativo. Além disso, ele acredita que o governo deveria investir na implantação de metrô de superfície.

CALÇADAS PARA TODOS

Investir na qualidade das calçadas é fundamental. "Calçada é infraestrutura. É o primeiro meio de transporte", disse José Armênio. Segundo ele, a cidade de São Paulo gasta cerca de R\$ 30 milhões por ano em saúde, devido aos acidentes por causa das más condições das calçadas.

OPORTUNIDADES PARA OS JOVENS

Incentivar a habitação das áreas centrais da cidade, como a Região Portuária. "Os jovens precisam ocupar essas áreas", afirma o arquiteto Washington Fajardo.

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

"As empresas de telecomunicações poderiam fornecer dados para o desenvolvimento das cidades", disse Mauro Fukuda, da Oi. O presidente do Iplan-Rio, Fabio Pimentel, acredita que as empresas podem ser parceiras do poder público, enfatizando que os dados precisam ser compartilhados em prol da sociedade.

INCENTIVO À ENERGIA LIMPA

Criação de incentivos a novas alternativas de mobilidade que dispensem o uso de combustíveis fósseis, defenderam Marina Grossi, de CE-BEDS, e Flávia Consoni, da Unicamp. "É necessário o desenvolvimento de políticas públicas que viabilizem a expansão da frota de carros elétricos", disse Flávia.